

A. I. N° - 930420-7
AUTUADO - MÁRIO DO NASCIMENTO DA SILVA
AUTUANTE - ALBA M. DAVID
ORIGEM - I F M T - DAT/SUL
INTERNET - 03/05/2005

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0127-03/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Comprovado nos autos que foi efetuado o recolhimento do tributo em data posterior a de início da ação fiscal. De acordo com a legislação, considera-se que o início da ação fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 12/11/2004, refere-se à exigência de R\$424,33 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto por antecipação referente a operação com mamadeiras e escova dentifrícia acompanhadas pelas Notas Fiscais de nºs 013799 e 013800, conforme Termo de Apreensão de nº 119282, constando que se trata de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, encontradas no pátio da transportadora, desacompanhadas de DAE ou GNRE.

O autuado apresentou impugnação à fl. 10, alegando que, na data de lavratura do presente Auto de Infração, o imposto já tinha sido recolhido. Disse que em decorrência de uma falha no cálculo, o imposto foi recolhido a mais, o que comprova a sua preocupação em cumprir as obrigações perante o Fisco. Assim, entende que não houve o cometimento da infração apontada.

A autuante prestou informação fiscal à fl. 17 dos autos, dizendo que, tendo em vista que não existe na cópia do DAE apresentado pelo autuado o horário de recolhimento do imposto, solicitou ao Banco do Brasil essa informação, e, conforme ofício à fl. 19 do presente processo, restou provado que o contribuinte efetuou o pagamento do ICMS depois de iniciada a ação fiscal, quando já havia perdido o direito à espontaneidade. Entende que no caso de pagamento de imposto via internet, torna-se necessário conhecer o horário em que ocorreu o recolhimento, sob pena de abrir precedentes, possibilitando ao autuado recolher o tributo assim que seja informado da apreensão das mercadorias. Assim, pede a procedência do presente lançamento.

À fl. 19, consta ofício expedido pelo Banco do Brasil, informando que, em atenção à correspondência à fl. 18, “o pagamento do documento DAE ICMS SEM MULTA, de responsabilidade do Sr. Mário Nascimento da Silva, foi agendado para pagamento em 03/11/2004 às 18:57 hs, valor: R\$462,46”

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS, por falta de recolhimento do imposto por antecipação, relativamente às aquisições por meio das notas fiscais de números 13.799 e 13.800 de mamadeiras e escovas, mercadorias enquadradas no regime da substituição tributária.

Em sua impugnação, o autuado não contestou o valor do imposto exigido, e reconheceu a sua responsabilidade pelo lançamento e pagamento do ICMS por antecipação, tendo alegado que efetuou o recolhimento antes da lavratura do Auto de Infração em lide, juntando à fl. 12 dos autos cópia do Documento de Arrecadação Estadual (DAE).

Entretanto, de acordo com o ofício expedido pelo Banco do Brasil, foi informado que, em atenção à correspondência à fl. 18, “o pagamento do documento DAE ICMS SEM MULTA, de responsabilidade do Sr. Mário Nascimento da Silva, foi agendado para pagamento em 03/11/2004 às 18.57 hs, valor: R\$462,46”.

Conforme Termo de Apreensão de nº 119282 (fl. 02), a ação fiscal teve início em 03/11/2004, às 17:10 hs., e de acordo com o documento expedido pelo Banco do Brasil (fl. 19), restou provado que o imposto foi agendado pelo autuado para pagamento às 18:57 hs, horário posterior à de lavratura do Termo de Apreensão. Assim, não ficou caracterizada a alegada espontaneidade, haja vista que o autuado encontrava-se, sob ação fiscal no momento em que efetuou o pagamento do imposto.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **930420-7**, lavrado contra **MÁRIO DO NASCIMENTO DA SILVA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$424,33**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de abril de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR